Quarta-Feira, 04 de Novembro de 2026

Mulher que pichou estátua com batom pede perdão e diz que agiu no calor do momento

A cabeleireira prestou depoimento em novembro, mas o caso estava em sigilo até essa quarta-feira (26)

A cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos pediu perdão em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) por ter pichado com batom a estátua "A Justiça", localizada em frente a Corte durante o 8 de Janeiro. Ela relatou que agiu no "calor do momento" após um homem ter pedido a ela que terminasse de escrever a frase "Perdeu, mané" no monumento e que não sabia do valor simbólico e financeiro da estátua.

A cabeleireira prestou depoimento em novembro, mas o caso estava em sigilo até essa quarta-feira (26), quando foi tornado público pelo ministro Alexandre de Moraes. Além da fala em vídeo, também foi disponibilizada a íntegra da carta enviada a Moraes na qual ela também pede perdão e diz sentir vergonha pelo ato.

Débora repudiou o vandalismo da manifestação e acrescentou que não invadiu os prédios do STF, do Congresso e o Palácio do Planalto. Em sua versão, ela disse que ficou na Praça dos Três Poderes para fotos do local porque nunca tinha ido a Brasília e achou o local muito bonito. Foi quando o homem, que ela não conseguiu identificar, teria aparecido e pedido ajuda.

"Eu fui por conta própria de ônibus quando eu me deparei com o movimento eu não fazia ideia do bem financeiro e simbólico daquela estátua. Quando eu estava lá, já tinha uma pessoa fazendo a pichação e faltou, talvez, um pouco de malícia da minha parte porque ele começou a escrita e falou assim: 'eu tenho a letra muito feia, moça, você pode me ajudar a escrever?'. E aí eu continuei fazendo a escrita da frase dita pelo ministro Barroso", disse a cabeleireira.

Ela declarou ainda que uma semana antes do episódio disse a seu filho que é ilegal escrever em muros. "Mas não sei o que aconteceu comigo naquele dado momento, pelo calor da situação, de cometer esse ato. Eu me arrependo muito, muitíssimo, e jamais faria isso. Em sã consciência jamais faria isso, o calor do momento alterou minhas faculdades mentais", acrescentou.

A cabeleireira escreveu que foi à capital federal porque queria ser ouvida e obter mais explicações sobre "o resultado das eleições tão conturbadas de 2022". Ela disse ter acreditado que a manifestação seria pacífica e que ficou chateada quando o "quebra-quebra" começou

Na segunda-feira (24), Luiz Fux pediu vista e paralisou o julgamento de Débora. Moraes, relator do caso, e o ministro Flávio Dino votaram para que ela seja condenada a 14 anos de prisão em regime inicial fechado. Fux explicou nesta quarta-feira que quer mais tempo para analisar a dosimetria da pena sugerida a ela e indicou que pode propor uma redução.

"Nós julgamos sob violenta emoção após a verificação da tragédia do 8 de Janeiro. Eu fui ao meu ex-gabinete, que a ministra Rosa (Weber) era minha vice-presidente, e vi mesa queimada, papéis queimados. Mas eu acho que os juízes na sua vida têm sempre de refletir dos erros e dos acertos", disse ele durante julgamento da admissibilidade da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Débora é acusada de ter praticado os crimes: associação criminosa armada; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

Em nota à imprensa, a defesa da cabeleireira disse que o STF promove um julgamento "político e emocional" e conclamou que os ministros da Corte revejam as penas impostas a todos os réus pelos atos de 8 de Janeiro. "Diante disso, exigimos que o Supremo Tribunal Federal reveja urgentemente as condenações

desproporcionais e que se respeite o princípio da proporcionalidade das penas, evitando decisões arbitrárias que ferem os direitos e garantias individuais, não somente de Débora, mas de todos os réus do 8 de Janeiro", concluiu a nota da defesa.

fonte diariodonordeste

estadãoconteúdo